

## **DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA**

No próximo dia 13 de Dezembro, os militantes do CDS escolherão, em eleições directas, o Presidente do Partido. Este documento de orientação política visa fazer um balanço de organização, bem como traçar as linhas essenciais do rumo político do Partido para um ano em que teremos eleições europeias, legislativas e autárquicas. Nos termos habituais, este documento é sintético. Maior densidade terão as reformas estatutárias e as Propostas de Orientação Política, Económica e Social, a debater em Congresso.

Uma questão prévia: a convocação das eleições directas, decidida pelo Conselho Nacional, permite dotar o Partido das ideias, mandatos e compromissos que, valem para todo o ciclo político e eleitoral que se avizinha. Sem antecipação das eleições directas e do Congresso, a sua realização aconteceria, apenas, em Abril e Maio do próximo ano, já em vésperas de eleições europeias. Parece elementar que o CDS se apresente, logo no início do próximo ano, com liderança escolhida, direcção renovada, agenda focada e compromissos estabelecidos com o eleitorado. A nossa preocupação deve ser totalmente dirigida à situação económica e social dos Portugueses.

O outro dado que este documento deve reflectir é a alteração significativa do contexto económico nacional – que começou muito antes da situação

internacional se agravar – bem como responder, com princípios firmes e ideias claras, aos fenómenos, muitas vezes dramáticos, de quebra de responsabilidade ética em sectores da economia financeira.

## I. Objectivos de Organização

1. Começemos pela avaliação da organização.

O ciclo eleitoral começou nos Açores. O CDS teve, nesta região autónoma, um resultado muito bom. Por um lado, recuperámos das legislativas de 2005, passando de 3.9% para 8,8% dos votos. Por outro, elegemos o maior grupo parlamentar de sempre: tínhamos 1 deputado, passámos a ter 5. Enfim, o crescimento do CDS não só foi muito superior ao de outras forças, como também se revelou determinante para a quebra sofrida pelo PS. Com mais 1% de votos, o CDS teria, pura e simplesmente, “fulminado” a maioria absoluta dos socialistas – o que é um grande indicador de que, nas ilhas como no continente, um CDS forte é especialmente penalizador para o PS. *Um CDS a eleger deputados é uma garantia de que o PS os perderá.*

Mais interessante é registar que o resultado do CDS contrariou todos os prognósticos e sondagens publicadas. Mais uma vez, confirmou-se que as sondagens não detectam com rigor o eleitorado do CDS. A avaliação de alguns comentadores políticos sobre o CDS – tantas vezes marcada pelo preconceito – revelou-se precipitada.

O CDS está reconhecido ao líder regional, dr. Artur Lima. A sua liderança carismática, a capacidade que teve para renovar a organização e as listas eleitorais, a independência com que definiu o perfil do Partido face ao Bloco Central, e uma agenda focada nos problemas dos cidadãos, explicam os resultados. O CDS nacional tomou nota destes indicadores e tudo fará para que este resultado auspicioso se alargue ao país inteiro. Por ora, cumprimos o nosso dever, felicitando os militantes açorianos, a organização e o seu líder pela grande alegria que deram a todo o Partido.

2. Uma das prioridades do actual mandato foi o reforço da organização do CDS.

Quero sublinhar os resultados do trabalho de organização da Secretaria-Geral. Entre vários que são importantes, destaco os seguintes:

- o número de *concelhias eleitas* passou de cerca de 90 em Maio de 2007, para as mais de 190 que atingiremos em Dezembro de 2008. O mapa de implantação melhorou consideravelmente. Mas não é, ainda o necessário. O esforço tem de prosseguir;
- os ficheiros do CDS foram actualizados, atingindo-se os *18 mil militantes activos*, bastante acima das expectativas iniciais. Ficheiros actualizados são uma indispensável ferramenta de trabalho político para as concelhias, as distritais e a direcção do

Partido, permitindo melhorar a comunicação interna e aumentar a participação dos militantes;

- o Partido voltou a dispor de cursos de *formação política* com regularidade. Foram realizados mais de 20 cursos, permitindo a cerca de 700 militantes aceder a seminários actualizados de reflexão doutrinária e elaboração de políticas públicas;
- o investimento na informação CDS via Internet foi continuado e reforçado, não apenas com a modernização do *site* do Partido e a realização de debates, mas também com o *canal CDS-PP no Youtube*, onde estão *on-line* mais de 200 vídeos do Partido;
- reactivámos as tradições do CDS, nomeadamente com a celebração do comício de *rentrée*, e as comemorações do nosso aniversário;
- a regulamentação da vida financeira do Partido foi revista, adaptando as regras e procedimentos internos ao cumprimento escrupuloso das exigências da nova lei de financiamento dos Partidos. Adaptou-se uma atitude de colaboração com a Entidade Reguladora das Contas.

Estes dados provam que a escolha do dr. João Almeida para a Secretaria-geral se revelou acertada. O mérito do seu trabalho é indiscutível e estende-se à

equipa que o apoia. Tem tanto mais valor quanto o Partido vive com uma disciplinada restrição de meios, de modo a eliminar o passivo e estar em coerência com o espírito de contenção que defendemos no Estado.

A este propósito, não quero deixar de assinalar que as duas opções feitas na campanha dos Açores – nenhuma ostentação de propaganda e produção interna dos materiais – provou que é possível obter bons resultados sem dispendir verbas exorbitantes, ao contrário do que sucedeu com os partidos do Bloco Central.

Entendo que é lógico, comunicar, desde já, que proporei ao Congresso a recondução do Secretário-Geral do CDS, dr. João Almeida.

3. Neste mandato a que agora me candidato, a prioridade relativa à organização do CDS terá de ser ainda mais reforçada. Destaco os seguintes objectivos:

- a cobertura territorial do CDS deve atingir, pelo menos, *250 concelhias eleitas*, como base estável e permanente;
- deverá ser nomeado um secretário-geral adjunto só para o trabalho de *implantação nas cidades e capitais de distrito*. Mediante um plano objectivo e com poderes reforçados, é necessário um esforço suplementar para melhorar a organização do partido e corrigir as suas deficiências nalgumas áreas de

grande densidade demográfica. Esta tarefa deverá estar concluída no primeiro trimestre de 2009;

- lançamento de uma *campanha de novas adesões ao CDS*, visando atingir os 25 mil militantes activos;
- preparação de uma *fortíssima intervenção do CDS nas escolas*, mobilizando os seus dirigentes, deputados e quadros, para visitas prioritárias a estabelecimentos de ensino e promovendo o esclarecimento e o debate político com os jovens:
- organização e aprovação da *rede nacional de sedes* do Partido;
- continuação do trabalho de *formação política*, duplicando, no próximo ano, o número de cursos;
- novos incentivos à comunicação interna – através de *uma newsletter do CDS* e da crescente rede de e-mails dos nossos militantes activos;
- mais investimento do CDS na Internet, através de criação de espaços nas redes sociais (nomeadamente, *facebook, linkedIn e MySpace*).

- discussão e definição, no Congresso, das regras de trabalho institucional que devem seguir os núcleos, as concelhias, as distritais e a direcção nacional, adequando-as ao que é a participação política do século XXI;
- análise e reconfiguração da dimensão dos órgãos do Partido, matéria que será também objecto de debate no Congresso, tornando-os mais eficazes e especializados;

4. O Conselho Nacional do CDS já definiu, em tempo útil, a carta de princípios, o documento estratégico e os regulamentos específicos para as eleições autárquicas de 2009.

A coordenação autárquica, a cargo do deputado Hélder Amaral, tem desenvolvido um intenso trabalho junto das concelhias e distritais. O que compete aqui sublinhar é que – dada a antecipação dos calendários internos – o primeiro Conselho Nacional de 2009 deverá debater e aprovar os regulamentos de apoio financeiro. Por outro lado, devo *sublinhar a necessidade de as estruturas do Partido acelerarem o programa de apresentação de listas*. Friso, ainda, a importância de o Partido fazer um esforço significativo para adaptar as suas candidaturas ao estipulado na chamada “lei da paridade”.

A avaliação de progresso, na questão autárquica, deverá passar a ser mensal, de modo a cumprirmos os objectivos traçados.

## II. Questões actuais

A celebração do XXIII Congresso do CDS acontece quando as notícias sobre a economia portuguesa e a situação financeira internacional são muitíssimo preocupantes. Temos, portanto, o dever e a oportunidade de actualizar a nossa mensagem e a nossa atitude, em face das circunstâncias da crise económica e social que o país atravessa. Também se exige uma resposta doutrinária e política às evidências, nacionais e internacionais, da chamada “crise financeira”, que já teve efeitos económicos.

1. A economia portuguesa encontra-se em estagnação e saber quando entrará em recessão técnica, é relevante, mas não é o mais importante. A questão está em saber se temos um Governo que preparou o Governo para dias difíceis – manifestamente, não temos. Ou se o Governo em funções é capaz de preparar o país para estar na primeira linha das oportunidades, quando os indicadores de crise forem debelados – e o que vemos é um Governo desgastado. O mais importante, no entanto, é definir as políticas públicas que permitem estimular fortemente o crescimento económico e reforçar a atenção social às famílias portuguesas que vivem em maiores dificuldades.

2. *Chegamos ao final de 2008 sem um único indicador de esperança no domínio económico.* O crescimento é nulo. A inflação não cedeu o suficiente.

As exportações estão a cair a pique. A produtividade está negativa. O desemprego subiu acima da média europeia e não “estabilizou” – aumentou. O endividamento das famílias, das empresas, dos bancos e do próprio país atingiu proporções nunca vistas. O rendimento nacional bruto já está em perda. O diferencial entre os mais ricos e os mais pobres é a imagem do nosso atraso. O empobrecimento da classe média tornou-se assustador. Sucedem-se as falências, os encerramentos, as reduções de horários. Em suma, diga o que disser a propaganda socialista, o país real, o quotidiano das famílias e das empresas, já está a viver em ambiente recessivo. *O défice social alastrou.*

Face a isto, devemos assinalar que todas as previsões económicas do Governo colapsaram. A espectacularidade mediática das anunciadas “reformas” contrasta com a exiguidade dos seus resultados.

Na verdade, para dar apenas quatro exemplos, se “reformas” como as que prometiam o PRACE, o Plano Tecnológico, a Lei das Rendas ou o próprio Pacto de Justiça tivessem conteúdo, então o país já teria visto, no plano económico, as suas consequências. Ora a Administração Pública não perdeu excesso de peso nem ganhou eficiência; não se vê o crescimento económico “alavancado” pelas exportações; não existe um verdadeiro mercado de arrendamento; e o deficiente funcionamento do sistema judicial é uma das razões principais da nossa falta de competitividade.

Se a isto juntarmos o facto de o financiamento da Saúde não ter sido sequer abordado, ou o preocupante desinvestimento nos sectores produtivos,

chegaremos à conclusão de que a intenção “reformadora” do Governo não produziu efeitos que ajudassem o país a suportar melhor os impactos que está a sofrer.

*3. O país entrará em 2009 com um Orçamento que não só não é realista, como tem, mesmo, características surrealistas.* Com a economia parada, a estimativa de receitas é altíssima, pronunciando um “saque fiscal” que só pode ser obtido com a quebra de garantias do contribuinte e da mais elementar equidade fiscal. Com o tecido económico a desmembrar-se, as medidas do Governo para as empresas – em especial as micro empresas e as PME’S – são tímidas, não garantem resultados significativos no acesso ao crédito, e não contribuem para resolver os seus problemas de tesouraria e liquidez. Com o défice social a alastrar, o Governo não se dispõe a alargar a rede de protecção social, nomeadamente no caso do desemprego e das pensões mais baixas.

*O último Orçamento socialista não é credível mas é socialista.* Não é credível nem mesmo no valor do défice: o erro na previsão da receita, contamina tudo o mais. As desorçamentações e as receitas extraordinárias são óbvias. *Mas é um Orçamento socialista: apresenta a maior despesa e a maior receita fiscal na história das nossas finanças públicas em democracia.*

*4. Devemos também recordar aos cidadãos que o Governo foi lento e é dissimulado na percepção da crise.* Durante a moção de censura do CDS ao executivo, foi possível explicar, detalhadamente, como o primeiro-ministro, o ministro das Finanças e o ministro da Economia se desdobraram, durante

quase um ano, em certezas optimistas, anúncios de prosperidade e previsões fantasiosas. Ou seja, o Governo manteve um discurso artificial de facilidades para lá de qualquer observação razoável.

Esta tentativa de alijar responsabilidades prosseguiu com a emergência da crise financeira externa. O Governo pretende que acreditemos que o problema português – e a dimensão específica da crise em que vivemos – é consequência do que acontece aos outros. O CDS deve corrigi-lo: *a crise económica e social em Portugal agravou-se com os factos externos mas já estava sedimentada – bem antes e muito profundamente – no nosso tecido económico e social. José Sócrates não pode mais desculpar-se com o passado, porque estes quatro anos, em que os resultados não são bons, já são o seu passado.* E José Sócrates tão pouco pode desculpar-se com os outros, porque, mesmo sem a crise internacional, a crise já morava em Portugal.

5. A nossa avaliação é, portanto, a de que as políticas do Governo, em boa medida, estão esgotadas. Mas o CDS deve ir mais além: *compreender e praticar o princípio segundo o qual, em tempos muito difíceis, nem se pode ser Governo da mesma maneira nem se pode ser oposição da mesma forma.*

A leitura do interesse nacional representa, para nós, a evidência de que a maioria dos portugueses está a viver momentos, escolhas e dilemas muitíssimo difíceis. São as famílias de classe média que não conseguem, ao mesmo tempo, pagar as prestações da casa e a educação dos filhos. São os idosos que não conseguem, até ao fim do mês, tomar duas refeições por dia e

comprar os seus remédios. São cada vez mais os jovens – incluindo licenciados – que ponderam a alternativa de emigrar, à procura de países que respeitam o esforço e premeiam o mérito, em vez de ficar em Portugal, a marcar passo no desemprego. São as pequenas e médias empresas que vivem, mensalmente, o dilema de pagar ao Estado ou pagar aos seus trabalhadores. São as instituições sociais que já não se dedicam, apenas, ao socorro da pobreza tradicional. Há uma nova pobreza que vem de famílias ameaçadas pelo endividamento, pelo desemprego e pela inflação dos bens essenciais. Em suma, a grande maioria dos portugueses vive com restrições acentuadas e tem um quotidiano muito desalentador. *É em situações como estas que se exige aos políticos, aos partidos e as instituições uma revisão de prioridades e atitudes.*

*Pela parte do CDS, tencionamos honrar este compromisso com um país em sérias dificuldades. O que a democracia nos pede é que fiscalizemos os erros do Governo. O que o eleitorado nos exige é que representemos as convicções de direita, face a um governo de esquerda. Mas há algo mais que o país reclama de todas as forças políticas neste momento. É um esforço de solidariedade nacional em tempos muito críticos. Por isso, o CDS compromete-se:*

- *com uma oposição objectiva, tornando as questões ao Governo ainda mais focadas nas dificuldades das famílias e das empresas, dispensando, sempre que possível, o que é mera retórica partidária;*

- *com uma disposição positiva e alternativa*, no sentido que a crítica cerrada ao Governo e às suas políticas vá sistematicamente acompanhada – como temos vindo a fazer -, por propostas alternativas, estudadas e consolidadas. Quanto mais o país sabe que não quer este Governo, mais o país tem direito a saber o que quer a oposição;
- *com o sentido das responsabilidades*, contribuindo para fazer prevalecer, face às evidentes dificuldades económicas e sociais dos cidadãos, uma doutrina do interesse geral, o que significa que a agenda das instituições tem de ser recentrada, colocando-se ao serviço do que efectivamente importa, não desperdiçando tempo e energias em debates acessórios, simbólicos ou supostamente fracturantes;
- *com uma atitude construtiva*, avaliando cada proposta, para ajudar as famílias e as empresas, mais pelo seu mérito intrínseco do que pela etiqueta partidária de origem.

Pode o Governo não compreender que os tempos são novos e muito mais exigentes. *Pode o combate político continuar a registar uma crispação tantas vezes inútil e meramente adjectiva – como, invariavelmente, sucede com os partidos do Bloco Central, à falta de diferenças substantivas. Em qualquer caso, o CDS deve distinguir-se desse “espírito de facção” que cada vez mais portugueses ignoram e desprezam.* A evolução da abstenção no nosso país é, aliás, um poderoso sinal de alerta sobre a oficialização de um divórcio entre boa parte da sociedade e o regime político.

5. Nesta situação de emergência económica e social, quatro temas têm ocupado o debate. De acordo com o espírito citado, compete-me propor os critérios com que o CDS encara esses debates.

Em primeiro lugar, a questão do investimento público. Só por rigidez ideológica se pode equacionar a questão dos investimentos públicos com um “tudo ou nada”. Em nenhum país, aliás em nenhum regime político, a questão se colocou dessa forma. Numa economia como a portuguesa, o investimento público é necessário, desde que seja selectivo. Os critérios com que o CDS avaliará os chamados “grandes projectos” são os seguintes a) o seu nível de prioridade, no contexto do desenvolvimento b) *o efeito que o seu financiamento terá no volume de crédito disponível* c) *o grau de incorporação nacional desses investimentos, questão muito relevante em termos de rendimento nacional bruto* d) a comparação entre o serviço da dívida desses projectos e a sua rentabilidade e) o tipo de mão de obra que o mesmo venha a gerar e as repercussões que isso tenha na política de imigração.

O segundo tema relevante é o das intervenções do Estado. O CDS tomou a posição responsável – em linha com a doutrina europeia – de admitir medidas excepcionais, de reforço de confiança no sistema financeiro, dado que são reconhecidas as dificuldades de financiamento interbancário e, claro, porque uma banca sã é imprescindível para o bom funcionamento da economia, o investimento das empresas e a protecção dos depositantes. Ainda assim, o CDS emitiu reservas quanto à falta de transparência do sistema de

recapitalização definido pelo Governo e à limitada fiscalização política que o mesmo permite.

Como tem sucedido desde o início da crise financeira, o CDS não será omissivo nem neutral nestas matérias. Havendo informação disponível, analisaremos cada caso, justa e proporcionalmente. A nossa “grelha de leitura” ponderará, nomeadamente a) *o princípio de que os recursos do contribuinte não devem ser utilizados para cobrir situações de má gestão ou riscos individuais de tipo especulativo* b) a garantia dos depósitos é prioritária c) só em caso de instituições relevantes para o sistema, cujas dificuldades signifiquem uma efectiva possibilidade de contágio sistémico, se admite uma intervenção mais sustentada d) devem respeitar-se critérios totalmente objectivos na concessão de avales e nas operações de recapitalização, de modo a prejudicar o menos possível a disciplina da concorrência e) as intervenções devem ter carácter temporário f) exige-se do Governo informação transparente, em cada caso, na medida em que se trata da alocação de dinheiros públicos.

*O CDS não apoiará qualquer política geral e global de estatização do sector financeiro, ou de utilização sistemática de uma instituição financeira em concreto – a Caixa Geral de Depósitos – para “acudir” a riscos que não sejam conformes à excepcionalidade acima enunciada.*

Mais assertiva ainda é a nossa posição quanto a hipotéticas nacionalizações. Uma coisa é aceitar que, num *caso extremo*, em nome de um bem comum superior, o Governo possa fazê-lo. Foi o que sucedeu no BPN, à falta de prova

suficiente de que houvesse solução mais económica. Outra coisa, completamente diferente, que conta com a nossa total oposição, é a que está inscrita *na lei geral de nacionalizações – um diploma perigoso, juridicamente canhestro, que não limita no tempo ou no objecto a apropriação estatal de bens particulares, nem tão pouco acautela a defesa do contribuinte na definição das indemnizações a pagar, nem mesmo o direito de escrutínio parlamentar face a montantes tão graves. O CDS opor-se-á a qualquer política geral e global de nacionalizações, por respeitamos o direito de propriedade e acreditamos na responsabilidade individual tanto nos lucros como nos prejuízos. Não queremos, de todo em todo, uma sociedade sob condução paternalista dos Governos, auxiliados por uma nova legião de gestores públicos de proverbial escolha partidária.*

Por fim, a questão de supervisão do sistema financeiro. *O CDS analisou criticamente o falhanço do regulador no caso BCP e considerou um ponto sem retorno a repetição desse falhanço no caso BPN. É de uma gravidade imperdoável que, num país com a nossa escala, o governador do banco central – cuja competência essencial é, hoje, a supervisão – falhe tanto e sempre pelas mesmas razões: uma leitura minimalista, reactiva, tardia e tímida do vasto elenco de poderes de supervisão, cujo exercício deveria ser prudencial, pró-activo, tempestivo, corajoso e, sempre que necessário, incómodo.*

É mais uma diferença entre nós e os socialistas. *A doutrina do CDS pede um supervisor forte, que garanta que as intervenções do Estado são desnecessárias ou pontuais. O PS aceita um supervisor fraco, para justificar,*

*depois, intervenções do Estado maximalistas.* No nosso caso, o contribuinte fica protegido; no caso dos socialistas, o contribuinte, hoje ou amanhã, pagará sempre mais.

O CDS considera que o Governador do Banco de Portugal está ultrapassado como supervisor. Tudo faremos para que a Comissão de Inquérito que pedimos actue com institucionalidade e firmeza, profundidade e coragem. Vamos ater-nos a factos objectivos e retirar daí todas as consequências. *Para nós, é essencial ter a certeza que quem cometeu fraudes e irregularidades não beneficie de qualquer impunidade; e também é essencial ter a certeza de que a supervisão, em Portugal, é responsável e regenerável.*

6. A outra questão actual que merece uma reflexão autónoma resulta da crise que afecta uma parte do sistema financeiro, com origem nos Estados Unidos, contágio na Europa e efeitos em inúmeros países.

Os defensores da economia planificada julgam encontrar, nesta crise financeira, o pretexto para fazer renascer a velha lenda marxista do determinismo histórico e do dirigismo económico. É dever de um Partido como o CDS recordar, a benefício da honestidade intelectual deste debate, que em nenhum país do mundo o chamado “socialismo científico” trouxe qualquer prosperidade. Pelo contrário, o que caracterizou essas experiências totalitárias foi, sempre, a supressão das liberdades individuais e generalização de uma miséria sem igual. Enquanto o modelo assente na livre iniciativa, permitiu, no Ocidente, mobilidade social, crescimento da classe média, instrução e acesso a

direitos sociais, o modelo de economia planificada representou um pesadelo político, económico e cultural a que nenhum país, até hoje, quis voltar.

Também é dever de um Partido como o CDS recordar que a leitura marxista da história em nada abordou as questões que hoje se colocam ao funcionamento do sistema financeiro e da economia, não lhes emprestando, por isso, qualquer explicação válida. A história, segundo os marxistas, era produto de um determinismo de classe. Ora, nem remotamente há qualquer evidência de que os problemas que vivemos tenham relação com qualquer “luta de classes”. *O suposto retorno do marxismo é, por isso, uma operação panfletária sem adesão à realidade.*

De regresso está, felizmente, a *importância da política e das escolhas políticas*, face a um período caracterizado por “inevitabilidades” tecnocráticas. Depois de décadas de uma prosperidade assente em valores sólidos, como a poupança e a produtividade, surgiu um ambiente de políticas e práticas financeiras – em que participaram algumas instituições do sistema, mas também bancos centrais, Administrações e a própria cultura dominante nas sociedades ocidentais – em que se deve crescente prevalência ao consumo desmesurado e ao “sucesso” a curto prazo.

É o momento para recordar que, do ponto de vista personalista, nem toda a ética está na lei e nem toda a lei é ética. Isso ajuda a detectar e criticar os aspectos mais preocupantes desse “novo mundo”: *a prevalência dos interesses da gestão sobre os valores da propriedade; a desvalorização das políticas*

*centradas na economia produtiva e uma crescente densificação da economia de tipo especulativo; a emergência de um tipo de realidade social – altamente estimulada – que é a do “consumidor sem dinheiro”; uma espécie de “apoplexia do crédito”, em que se perdeu a noção da importância da avaliação prudencial dos riscos; uma crescente opacidade nos produtos e nas práticas de um segmento do sistema financeiro, nem sempre acompanhada pelo reforço das exigências legais e das prioridades e capacidades de supervisão. Se o sistema financeiro é, no essencial, uma intermediação entre quem poupa e quem investe, é manifesto que, nalguns casos, nem foi justa a remuneração do aforrador nem foi cautelosa a avaliação de riscos do investidor. O que daqui se conclui é que o sistema financeiro precisa de regressar a uma sã e prudente economia bancária, essencial para o desenvolvimento económico.*

7. O que está em causa, portanto, é o tipo de economia de mercado em que queremos viver. Há quem defenda que o Estado não deve intervir em nenhum caso. Mas ao contrário do que pensam alguns “teólogos do mercado” a nível doméstico, nenhum dos melhores pensadores liberais alguma vez defendeu tamanha neutralidade. Por outro lado, as falhas do mercado não são unilaterais; falharam também os instrumentos estaduais de regulação.

*A defesa de uma economia de mercado num quadro de responsabilidade ética tem consequências. A primordial é a defesa de sistemas eficazes de supervisão, regulação e concorrência. A actividade económica deve ter por princípio a liberdade e por limite a lei. Ora, a vigilância no cumprimento da lei, em sectores tão importantes para o funcionamento da economia, envolvendo a*

confiança de tantas empresas e cidadãos, é uma prioridade na era da globalização.

No caso português, verifica-se um défice significativo na políticas de concorrência, que permitem, repetidamente, abusos de posição dominante e o funcionamento de monopólios de facto, públicos ou privados. O CDS é literalmente contra comportamentos monopolistas, seja qual for o proprietário; interessa-nos a liberdade de escolha e a concorrência, porque essa é a política que permite melhorar preços, estimular a iniciativa e proteger o consumidor. No nosso país, é também manifesta a timidez da leitura oficial do que é supervisão prudencial e a exiguidade das capacidades instaladas para fazer cumprir plenamente a regulação do sistema financeiro. O CDS não aceita como desculpa as insuficiências legais. Estas são sempre corrigíveis, e reafirmamos a nossa disponibilidade para melhorar as leis. Mas é preciso dizer-se, em abono da verdade, que, apenas com a actual legislação e mediante a escolha de personalidades determinadas na acção, poderia ter-se feito muito mais.

Cumprе ainda referir que, entre as prioridades de regulação a que daremos mais atenção estão *o sector financeiro e segurador, o sector dos combustíveis e o sector da electricidade.*

### III. Estratégia

O CDS ambiciona, nas próximas eleições legislativas, promover uma significativa mudança política em Portugal. *Mudança de primeiro-ministro, mudança de governo, mudança de políticas, mudança de agenda, mudança de prioridades, mudança na atitude do poder político e, especialmente, do poder executivo, no seu relacionamento com as instituições e a sociedade.*

Se o dizemos é porque entendemos que o Partido Socialista teve uma grande oportunidade – a única maioria absoluta da sua história – mas desperdiçou-a com uma governação que desiludiu a maioria dos Portugueses.

O nosso adversário, nas eleições, é, portanto, o Governo de José Sócrates. O nosso objectivo, em termos eleitorais, é fazer o CDS crescer e torná-lo num Partido determinante na próxima legislatura. *A prioridade do CDS não é fazer alianças com outros Partidos; é manter firme o seu contrato com o eleitorado. Por isso, devemos desenvolver, ao longo de 2009, o conceito de “caderno de encargos” com que o CDS se apresentará ao eleitorado. Constituirá, na próxima legislatura, o guião do nosso comportamento. Seremos a voz das nossas causas, que não delegáveis em qualquer outra força política; faremos avançar as nossas políticas, com espírito de iniciativa e vontade de concretização; evitaremos erros de legislação e medidas injustas; o nosso grupo parlamenta, seja qual for o resultado eleitoral, deverá ser firme na fiscalização.*

1. O CDS deve deixar claro, nas próximas eleições que *é contrário a qualquer maioria absoluta de um só Partido.*

Em Portugal, como a experiência do Governo José Sócrates bem revela, a maioria absoluta de um só Partido termina sempre em arrogância, abuso de poder e institucionalização do erro. O Parlamento tem uma enorme dificuldade em fiscalizar o executivo, o primeiro-ministro acha-se no direito de não responder a nada do que lhe perguntam, os ministros incompetentes arrastam-se nos cargos, o “quero, posso e mando” instala-se na atitude da maioria. *Não há espaço para uma cultura de negociação, compromisso e equilíbrio de poderes.*

A maioria absoluta de um só Partido é normalmente apresentada como uma condição de eficácia do poder. O que o país tem visto é o oposto. Para dar três exemplos: por causa de uma maioria obstinada, o país andou dois anos a discutir o aeroporto errado; andou um ano a debater o erro do encerramento dos centros de saúde sem alternativas; e andou um ano às voltas com um modelo de avaliação de professores burocrático, injusto e improvisado.

O Partido deve, na sua campanha eleitoral, salientar o risco que o país correria se desse a qualquer Partido essa maioria e explicar o caso concreto do actual partido dominante. *Se José Sócrates recebesse de novo essa maioria sentir-se-ia legitimado para todos os abusos de poder.*

2. Também devemos deixar nítido, no discurso político, que *só uma votação forte no CDS dá garantias ao eleitorado de que não haverá qualquer risco de se repetir uma maioria absoluta.*

Não é uma questão de opinião. É um facto técnico, que deriva da especial natureza do sistema eleitoral em vigor. Em inúmeros distritos, a eleição de deputados do CDS só é operável a partir de uma certa votação. Muitas vezes, o CDS fica à “beira” da eleição, por umas dezenas ou centenas de votos. Na maioria desses distritos, a não eleição de deputados do CDS significa, directamente, a eleição de deputado do partido com mais votos.

Tomemos o caso actual do PS. Uma votação forte no CDS significa que os deputados que o CDS elege são, em grande número, retirados ao PS. Os eleitores não socialistas precisam deste esclarecimento porque este critério – evitar uma maioria absoluta ou retirá-la – é importante para muitos cidadãos.

3. O CDS deve tornar evidente, no seu discurso político, a República do “Bloco Central” em que Portugal efectivamente vive, apelando ao eleitorado para, democraticamente, não concentrar os seus votos nos dois Partidos centrais do sistema.

*A indiferenciação entre o PS e o PSD é um dos graves problemas do nosso sistema político. Como já se referiu, a crispação entre PS e PSD é, na maioria dos casos, adjectiva e subjectiva, no sentido de que quase nunca incide sobre diferenças substantivas e objectivas de políticas. Este facto – PS e PSD são*

demasiado semelhantes – é altamente responsável pelo afastamento dos eleitores em relação à política.

*A alternância entre PS e PSD é uma alternância entre semelhanças, o que é muito diferente de o país poder escolher entre alternativas de políticas, valores e agendas.* Esta escolha limitada atinge a própria essência do que é a política em democracia: o direito de escolher partidos e soluções realmente diferentes não se esgota, evidentemente, num sucedâneo de políticas e de práticas. Ora, em demasiadas matérias, PS e PSD são sucedâneos nas políticas e nas práticas.

Nesta legislatura, o fenómeno acentuou-se em áreas extremamente sensíveis. Desde logo, o consenso na política externa – desejável e repetível – teve uma deriva preocupante: PS e PSD entenderam-se para evitar que o Tratado de Lisboa fosse submetido a referendo. Neste caso, o PSD ajudou o PS a descartar um compromisso com o eleitorado. Ora, o incumprimento de compromissos também está na origem do desencanto com a política. Ainda na área da política externa, o “volte-face” do PS e, depois, do PSD, na questão sensível, relevante e insuficientemente explicada do reconhecimento do Kosovo, contribuiu para associar Portugal a um precedente errado, violando princípios internacionais que o nosso país devia respeitar – como o da estabilidade das fronteiras.

No plano doméstico, os exemplos de associação entre PS e PSD tornaram-se ainda mais frequentes – e em áreas chave do que deve ser a governação. Por

um lado, o Pacto de Justiça significou a legitimação de reformas em diversas áreas do poder judicial que não beneficiaram, longe disso, o país. Criticamente, a política penal inscrita nesse acordo representa uma visão ultrapassada das questões da criminalidade e da segurança, uma visão que tende a desculpar o infractor, culpar a sociedade e ignorar as vítimas. Noutra área extremamente sensível, o PS acabou por receber uma generosa legitimação do PSD – a Lei de Imigração, cuja técnica legislativa é má e cujos normativos abriram portas a um certo laxismo em relação à política de vistos e uma certa condescendência em relação a “promessas” de empregos inexistentes. Também a Lei da Nacionalidade reuniu o consenso “mole” do Bloco Central, permitindo-se que candidatos à nacionalidade possam cometer crimes e, ainda assim, prosseguir com a sua candidatura ao título de nacionalidade.

O regime, na sua expressão mais democrática, não está a salvo de “entendimentos” do Bloco Central sobre leis eleitorais, em prejuízo da pluralidade das instituições e da diversidade de opiniões.

A colaboração entre PS e PSD é exaustiva. Referirei apenas mais um ponto. *No essencial, os dois Partidos são contra reduções de impostos. O PS, porque prefere apostar no investimento público; o PSD, porque considera não haver condições para proceder a essa redução. Ora, a continuação de uma pressão fiscal ao nível dos 38% do Produto é uma verdadeira calamidade nacional, pois significa que o Estado não se detém nem se contém na hora de se apropriar dos recursos de quem trabalha e investe, resultando daí um sistema que nem é*

simples nem é equitativo e surge entre as principais razões para a nossa falta de competitividade.

Acontece que esta República do “Bloco Central” tem incidência não apenas nas políticas como também nos interesses. *Qualquer português percebe que a independência destes dois Partidos está limitada pela dependência que ambos têm de nomear e prover o pessoal partidário na Administração Pública, nas empresas do Estado, nas entidades públicas empresariais, nas sociedades anónimas de capitais públicos e até nos reguladores, nos supervisores e nas entidades publicas independentes.* Não há sector que escape a esta colonização sucessiva – e não raro, simultânea – da Administração central, regional e local. É difícil que alguma coisa mude a sério quando, institucionalmente, os dois Partidos centrais dependem nesta medida, do Estado e dos seus cargos.

É cada vez mais necessário que o país se afaste da República do “Bloco Central”. E isso só pode acontecer, reduzindo as votações nesses Partidos. Aconteceu nos Açores, pode e deve acontecer no continente.

4. O CDS transformará as eleições europeias na primeira oportunidade para o eleitorado sancionar o Governo socialista e reduzir a votação nas forças do Bloco Central. O Congresso deve, portanto, enunciar, além das Propostas a aprovar, os pontos mais relevantes do discurso europeu do CDS, recordando, nomeadamente, a necessidade de a construção europeia ser realista e escrutinável do ponto de vista democrático.

5. *É também relevante explicar aos eleitores que nenhum dos problemas principais de Portugal se resolve com mais extrema-esquerda. De facto, a resolução do problema económico depende da confiança na economia, do ambiente favorável ao investimento, da competitividade fiscal, laboral e judicial do nosso País, numa palavra, das empresas e dos empreendedores.*

Ora, por definição, a extrema-esquerda critica a livre iniciativa, desconfia das empresas e dos empresários e não é, por isso, possível esperar da sua influência uma melhoria do crescimento económico. A consequência é que, sem crescimento, não se geram os recursos económicos – e os tributos - que garantem sustentadamente o reforço da “almofada” social em tempos de crise.

O mesmo sucede com a autoridade do Estado. A questão da criminalidade e da insegurança tem, nos dias em que vivemos, uma inescapável relevância. Não se vê como é que as forças policiais passarão a ter mais autoridade, e o carácter repressivo e dissuasor da lei penal passará a ser mais severo, se isso vier a depender de Partidos de extrema-esquerda. *Há muito tempo que, em Portugal, a esquerda em geral, e a extrema-esquerda de modo mais óbvio ainda, lideram mal com a questão da segurança. A ideia de que a insegurança, a violência e o crime têm sempre uma explicação “social”, a suspeição automática sobre as Forças de Segurança que, nalguns sectores, ainda persiste, dão-nos a certeza de que a influência da extrema-esquerda não será parte da solução, antes agravará os problemas.*

Acréscimo que, como temos dito, a extrema-esquerda adota como prioritária uma agenda que considera “vanguardista” e “fracturante”. É portanto necessário que um Partido como o CDS tenha força e voz, desde logo lembrando que nas crises económicas e sociais, a *vanguarda de solidariedade está na família*, cujo quadro de referência precisa de estabilidade; e que é nestes momentos difíceis que um país precisa de coesão nacional, e não de fracturas artificiais. Portugal precisa de instituições centradas no que é essencial.

Tendo o sentido das responsabilidades e das prioridades, o CDS deve dizer ao eleitorado que, se o eixo da política portuguesa se deslocasse para a extrema-esquerda, isso só agravaria o nosso atraso.

6. A necessidade de recentrar a agenda é, aliás, tão importante quanto a experiência demonstra que, facilmente, as instituições se dispersam em temas não prioritários.

Discutiu-se muito a lei do divórcio, quando esta afecta apenas uma ínfima parte dos divórcios; mas não se dá qualquer prioridade a uma fiscalidade amiga da família, sem discriminação negativa do casamento. Já se prepara o “clima” para o debate da eutanásia; mas não é dado espaço, nem investimento, à generalização do acesso aos cuidados paliativos e dos métodos civilizados de redução da dor em doenças terminais. A discussão sobre os casamentos entre pessoas do mesmo sexo teve mais relevância institucional do que quaisquer

debate sobre políticas a curto, médio e longo prazo, para ultrapassar o défice demográfico. O país ficou suspenso da polémica sobre as seringas nas cadeias, mas quase não se dá pela avaliação das políticas públicas em matéria de prevenção do consumo de droga.

Com todo o respeito pela liberdade de opinião e iniciativa, algo tem de ser feito para a agenda das instituições se concentrar no que é mais importante.

*7. Se o CDS afirma que a maioria absoluta de qualquer Partido seria um erro, deve oferecer, em contrapartida, o seu sentido de estabilidade e responsabilidade.*

O CDS afasta cenários de coligações ou acordos parlamentares. Respeitaremos, certamente, a vontade popular expressa nas urnas. Saberemos pensar na estabilidade e estamos conscientes do acrescido sentido de responsabilidade que as dificuldades do país impõem. *A nossa opção será decidir em função do nosso caderno de encargos. Ou seja, seremos fiéis ao contrato com o eleitorado: se as nossas causas e projectos avançarem, as leis terão o nosso voto; em contrapartida, ninguém espere que o CDS contrarie o seu programa e os seus princípios.*

8. A definição do *caderno de encargos* do CDS é tarefa que as Propostas de Orientação Política, Económica e Social deverão abordar em Congresso. Aquela que patrocinarei será esclarecedora, em detalhe, das políticas com que

nos apresentaremos ao eleitorado. Para já, apenas ficam expressas as seguintes prioridades:

- *Uma reforma fiscal de grande alcance, especialmente dirigida a reduzir os impostos pagos pela classe média e pelas micro, pequenas e médias empresas. A reforma que defendemos deverá simplificar radicalmente o sistema, reduzindo o número de escalões e baixando as taxas e ter a preocupação de equilibrar as garantias dos contribuintes;*
- *Uma fiscalidade amiga da família, nomeadamente através da introdução do quociente familiar e do fim da discriminação fiscal do casamento;*
- *Uma política de segurança reforçada, visando aumentar proporcionalmente o número de agentes, proteger a sua autoridade e dar prioridade afectiva à situação de segurança nas Áreas Metropolitanas. Exigiremos leis penais que não venham a trair o trabalho das Forças de Segurança no terreno;*
- *Uma política de imigração controlada. Defenderemos um contrato de imigração, com direitos mas também com deveres, o primeiro dos quais é o respeito escrupuloso pelas nossas leis. Em período de desemprego alto, não temos dúvidas em afirmar que a política de imigração deve ser restritiva;*
- *Uma política de justiça essencialmente virada para o funcionamento prático dos tribunais. Devemos garantir que o modelo judicial português é, por um lado, amigo da economia e do investimento, e, por outro, que as leis penais são postas ao serviço*

da repressão efectiva da criminalidade e do julgamento em tempo ágil e útil dos criminosos;

- *Uma aposta muito mais determinada nas políticas de supervisão, regulação e concorrência*, que constituem o núcleo decisivo dos poderes do Estado numa *economia de mercado eticamente responsável*. Esta aposta deverá ser visível no plano das lideranças escolhidas, no dos meios atribuídos e no do ao aperfeiçoamento da legislação;
- *Uma política social activamente orientada para a protecção dos mais pobres e dos mais vulneráveis*, com especial atenção sobre os pensionistas e os desempregados, recorrendo às políticas públicas, às instituições particulares de solidariedade social e ao voluntariado; em contrapartida, *seremos muito exigentes na fiscalização do Rendimento Social de Inserção*;
- *Uma política de educação centrada na liberdade de escolha*. Queremos democratizar o direito de as famílias escolherem a escola dos seus filhos – o que significa concorrência entre escolas do Estado e entre estas e as particulares e cooperativas, Defenderemos com intransigência a autoridade do professor. A avaliação terá um modelo justo e praticável e tem de abranger docentes, alunos, escolas, programas, currículos e manuais. A exigência como critério e a qualificação dos jovens como objectivo, marcarão a nossa política. *A situação da Universidade, extremamente precária, deve ganhar relevo na nossa agenda*;

- *Uma política de saúde que não deixe de abordar a questão do financiamento do sistema. E esteja focado na redução dos tempos de espera dos doentes. Investiremos mais no ambulatório, nos cuidados continuados e paliativos. Não transigiremos numa política do medicamento que promova a moderação dos preços, alargue o mercado de genéricos e introduza a unidose;*
- *Um Estado moderno e isento na sua relação com os cidadãos, com especial destaque para a necessidade de pagar dívidas a tempo e horas e juros de mora em caso de atraso; a eficiência nos serviços públicos é uma urgência, começando pela legalidade no relacionamento do fisco com os cidadãos, pelo bom senso em agências como a ASAE e pela humanidade no tratamento dos doentes pelas unidades de saúde;*

Daremos continuidade à defesa de políticas tradicionais do CDS, desde logo garantindo o apoio às Forças Armadas, aos Antigos Combatentes e à política do mar. Consideramos também prioritário a defesa dos sectores produtivos e continuaremos a lutar pelos direitos do mundo rural, promovendo alterações muito substanciais na política agrícola.

O investimento do Partido nos domínios do ambiente e da cultura terá de ser mais significativo. Exemplo disso é que os dois Grupos de Missão que, sendo eleito, proporei para 2009, deverão aprofundar, respectivamente, as alternativas energéticas e a configuração de uma ambiciosa política de cultura

e da língua. O modelo a seguir será em tudo idêntico ao dos Grupos de Missão sobre a Demografia e o Voluntariado.

\*

Peço a confiança do Partido para esta linha de rumo. O ano de 2009 será extremamente exigente. Nenhum líder o consegue vencer sem a legitimidade do apoio das bases. É esse apoio que, democraticamente, vos solicito.